

CM

Ato da Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo do Câ-
mara Municipal de Cabo Frio, realiza-
do no dia 30 (trinta) de agosto do
ano de 1994 (mil novecentos e
noventa e quatro).

Às dezesseis horas do dia 30 (trinta) de agosto do ano
de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), sob a Presidência do Vereador Manoel
do Rocha Mendes, e com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador Dirlei
Silveira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio.
Além disso, responderam o e chamadas regimental os seguintes Vereadores: Luiz
Silva do Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alfredo Luiz
do Rocha Barreto, Antônio Carlos Silveira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho
Fundade, Eduardo Pereira Vila, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Behringdt, Luiz
Antônio de Melo Lemos, Jomar Camparo da Silva, Orlando da Silva Silveira, Si-
lvas Rodrigues Brito e Waldir Maurício de Aguiar Neto. Havendo número regimen-
tal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A
seguir, foi lida e aprovada Ata do Último Sessão Ordinária do Segundo Perí-
do Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte e um
de agosto do ano de mil novecentos e noventa e quatro. Após o cumprimento do
rito regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a le-
itura do tribunal que constou do seguinte: Ata nº 283/194 - Ex.º Sr. Senhor Prefeito Mu-
nicipal de Cabo Frio, assunto: Encumbramento de Lu nº 266 de 23 de agosto de 1994,
aprovado por esta Casa e sancionada. - Ata nº 231/DOC/194 - E.ª. de Eleição da
de do Estado do Rio de Janeiro, assunto: Responde o requerimento nº 26/194 de
autor do Vereador Joaquim Behringdt, Projeto de Lu nº 030/194, de autoria do Ve-
rador Carlos Roberto Marques dos Santos, assunto: Dispositivo sobre normas para o
fornecimento ou renovação de "alvarás" para empresas de Empreendimentos
Imobiliários e de outras providências. - Projeto nº 134/194 de autoria do Ve-
rador Joaquim Behringdt, assunto: Solicita ao Gerente Regional da CER, Sr. Alvaro
da Silva Costa, extinção de sede elétrica com a colocação de dois postes, na
rua Aires Feliciano dos Santos, Bairro Jardim Esperança, Indicação nº 161/194

de autoria do Vereador Leaquim Schwindt, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a colocação de oito manilhas e três esmifinções de vidro no Rua do Sr. Gariva do Racho, Bairro Jardim Esperança, Indicação nº 169/94, de autoria do Vereador Carlos Roberto de Aguiar dos Santos, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a instalação de reservatório de água para armazenagem de água potável na localidade de Angelim, 2º Distrito de Cabo Ermo, requerimento nº 144/94, de autoria do Vereador Eduardo Corrêa Kilo, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal, informações sobre o Sr. Severiano Domício Castelo Branco, indicado Administrador do Bairro Novo, requerimento nº 145/94, de autoria do Vereador Eduardo Corrêa Kilo, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal informações sobre o funcionamento dos Postos de Saúde localizados no Angelim e Paqueta, no Graças, requerimento nº 146/94, de autoria do Vereador Eduardo Corrêa Kilo, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal informações sobre o recolhimento de ISS do comércio Rua Viçosa Salipura LTDA "Terminado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente convocou a Sessão para os Vereadores interessados em tirar próprio. Depois a Sessão como única ordem inscrita, o Vereador Alceu do Ruz do Racho Barreto, comunicando de imediato, que a reunião que havia naquela data, com o Secretário de Estado de Assuntos Fundiários do Estado, Senhor Almir Paulo, reunindo representantes da Comunidade de Fazenda, Prefeitura Municipal e Racho Empreendimentos, deveria ser realizada porque o Sr. Luciano estava envolvido com o questão de desapropriação da Via Parque no Município do Rio de Janeiro. Disse que a reunião estava sendo transferida para outro dia, quando seria colocada a proposta do Racho Empreendimentos e a posição dos trabalhadores de Fazenda disse que para evitar que a Comunidade de Fazenda se dirigisse ao local da reunião, naquele dia se dirigiram a zona rural, tendo mantido contato com Dona Kodibia, a Senhora que há cerca de quatro meses atrás motivara a ação da Superintendência do Incc, através do Dr. Sota, e também da Polícia Federal, para evitar que "quiluro" de nome Gonçalo a expulsasse do terreno que ocupava. Solu de sua emoção ao ver a ação de Dona Kodibia produzindo alimentos, embora permanecesse ainda a ameaça do referido "quiluro". Revelou que Dona Kodibia era uma mulher de coragem, de temido, e enfrentava situações das mais difíceis, com hros e outras ameaças como era do conhecimento de todos. Perguntando, disse que mais uma vez mais

dir o auxílio do Sr. Paulo Rodrigues, Secretário Municipal de Agricultura, porque voltava a ficar complicado a situação de Dona Ladibio. Falou também da situação de Dona Rita, que há dois meses se encontrava obrigada em caso de vizinhos, visto ameaça de "grileiros". Falou a seguir que a representação do Incear, na região havia as portas do escritório fechadas, e assim temerosos, os funcionários haviam regressado para o Rio de Janeiro. Disse a seguir, que os funcionários que enfrentavam tais situações, que realmente "micham o dedo no ferido", a exemplo do Sr. Sato, no caso de Dona Ladibio, recebiam como "prêmio" a exoneração de cargo em comissão, pelo fato de ter defendido o menos favorecido. Prossequindo disse: "A segunda colocação é um assunto bastante polêmico, que logo no início de mandato, por ter recebido do movimento estudantil dos grêmios, a reivindicação a respeito do "passe livre" do transporte gratuito para os estudantes, resolvimos naquela oportunidade, por conta de uma burocracia inventado não pelo poder público, que é o controlador, mas pela Empresa Salinura, referente a identificação do aluno, criando dificuldades e restringindo o direito de alguns, principalmente os menos favorecidos, que tinham que brigar os recibos até tal dia, e muitas vezes sem ter condição financeira. Resolvemos fazer uma Emenda, e sabemos, nunca desconhecemos ser polêmica. Resolvemos tornar a identificação através da lamina do uniforme escolar. Há pouco mais de uma semana, aconteceu um fato, um funcionário do RECMAR, um estudante da Rede Pública que ao vir para Cabo Frio de manhã cedo, e não voltava para sua casa porque não tem condições de pagar e almoçar em casa, então vem no único ônibus, em sua única viagem pela manhã, com o seu uniforme. Saltou em frente ao seu serviço e foi detido. Inclusive parece que existe um inquérito que foi aberto e isso abriu margem novamente a uma polêmica a respeito dessa questão, inclusive, também colocada por diretores de primeira e quarta séries, principalmente de primeira e quarta séries da periferia, que tem visto na facilitação do transporte para os meninos, maior abuso, abuso não desculpa seria uma maior facilitação para que esses alunos de periferia pudessem se dirigir a Búzios, crianças pequenas pudessem vir para Cabo Frio, ficar

10

perambulando pela cidade. No relato, não tenho confirmação de um menino que chegou "baldeando" até o Município do Rio de Janeiro, da nossa rede pública de ensino, e, todas essas questões foram polemizando a questão do transporte público, o passe livre. E hoje, dizendo ainda deve estar ocorrendo uma reunião, participamos do início dela, uma reunião na Escola Municipal Professor Edilson Duarte, em que a Secretaria Municipal de Educação, entendendo também o processo de burocratização que ocorreu no início de novembro e três, quando a Salinira tentou colocar a obrigatoriedade do "cartãozinho", chamou essa reunião e fez uma discussão bastante própria, bastante democrática, com a participação de vários grêmios da rede. Nos pareceu que havia possibilidade de um melhor aperfeiçoamento da questão da identificação, tentando trabalhar todos, todos os problemas. Como por exemplo o problema do aluno trabalhador, que também tem direito ao serviço gratuito, mas que vem para o trabalho e fica para o estudo. Então foi feita essa discussão, no caso que as pessoas que estavam lá vão ter condições de tirar uma proposta, que seja uma proposta abraçada pela maioria. E nós, acho que outros Vereadores aqui, se colocariam, nós discutamos bem claro lá, se colocariam a disposição desde que fosse uma vontade dos alunos, da Secretaria, da própria Empresa, no caso, que a gente pudesse aperfeiçoar, mas sempre com muito cuidado. Porque na verdade, aquilo que nós nos batemos é porque não podemos restringir ao nosso ver, a necessidade de alguns. Não podemos, sendo um, dois, três, não podemos fazer com que aqueles, especialmente os menos favorecidos possam ter restringidos direitos, que entendimos a sociedade tem que colocar, através do Governo, da Prefeitura, que colocar a disposição de todos de maneira igual, possibilitando que o mais pobre de todos possa chegar à escola que precisa e, que o serviço de transporte não vai ser o impedimento. Podem existir outros impedimentos, a barriga, o falta de condições para comprar o livro, ou uma série de outros coisas, mas, pelo menos o transporte público, o direito de ir e vir seja igual para todos. Obrigado". Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado ao Ata do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Encaminhado a Comissão de Obras e Serviços Públicos no

CA

Projeto de Resolução nº 018/94. Encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 020/94, Aprovados os Requerimentos nº 134/94, 144/94, 145/94 e 146/94. Aprovadas as Indicações nº 161/93 e 169/94. Terminada a Ordem do Dia, não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida e aprovada Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo do Câmara Municipal de São João, realizada no dia 1º (primero) de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro)

As diversas horas do primeiro dia de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), sob a Presidência em Exercício do Senador Luiz Antônio de Fello Cabas, e com a ocupação da Primeira Secretária pelo Senador Dely Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de São João. Assim ditos, responderam a chamada regimental os seguintes Senadores: Luiz Silva da Rocha, Adailton Pinto de Andrade Lima Filho de Itapuredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Carlos Roberto Loureiro dos Santos, Eduardo Sérgio Kito, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Schwindt, Marcos da Rocha Mendes, Valando da Silva Pereira, Vilas Rodrigues Bento, e Waldemar Cavalcante de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberto a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Nona Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo da